

INDÚSTRIA

1. Panorama Geral

Por volta de 1960, Santa Catarina era vista como mero território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, fazendo com que os catarinenses se considerassem inferiorizados. Tal situação se reforçava ainda mais com a posição da capital do Estado, isolada do resto do território catarinense, cujos acessos não eram pavimentados, nem mesmo sua ligação com o aeroporto. Entretanto, Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso.

No Estado, apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. Florianópolis estava longe de ser cidade polo, porque as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do Estado, e seu setor terciário não havia se modernizado.

Em 1940 a indústria de transformação de Santa Catarina havia representado 1,8% do valor de produção nacional (2,9% da população); em 1950 havia alcançado 2,0% (3,0% da população); em 1960 havia subido a 2,1% (3,0% da população), após o período Juscelino Kubitschek que beneficiou o Brasil-Sudeste; em 1970 atingiu 2,6% (3,1% da população) e 3,9% em 1980 (3,0% da população), o que significou um extraordinário crescimento no período 1970/80, acima da média nacional. Note-se que de 1970 a 1978 a taxa média anual de crescimento da indústria catarinense foi de 14,7%, sendo que o valor das exportações catarinenses passou de US\$ 77 milhões em 1972 para US\$ 529 milhões em 1979 (B. W. Werner), com significativa participação dos manufaturados. Por certo que a crise de 1981/83 atingiu fortemente a indústria catarinense, como todo o conjunto nacional, provocando desemprego, queda dos salários reais, concordatas, falências e fusões que fortaleceram os grupos financeiramente mais sólidos, como: Hansen, WEG, Artex, Teka, para a partir de 1984, iniciar sua recuperação.

Em 1980 Santa Catarina permanece como um importante produtor agrícola no Brasil, apesar da sua tradicional policultura estar sendo destruída, mas sua economia assume também um caráter nitidamente industrial. De 7º estado industrial em 1940, abaixo do nível de industrialização brasileira, como se viu acima, Santa Catarina alcançou a posição de 6º produtor nacional em 1980, ultrapassando nitidamente o nível de industrialização existente no Brasil, como se vê na tabela abaixo, o que nos permite dizer que proporcionalmente Santa Catarina é mais industrializado que o Brasil.

Tabela 1: Participação industrial e populacional dos Estados no total brasileiro (%), conforme IBGE: valor da produção

ESTADOS	1980		1940	
	INDUSTRIALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	INDUSTRIALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
1. São Paulo	52,8	21,0	43,5	17,4
2. Rio de Janeiro	10,3	9,5	23,9	8,8
3. Minas Gerais	8,6	11,2	6,7	16,4
4. Rio G. do Sul	7,1	6,5	9,8	8,1
5. Paraná	5,0	6,4	2,1	3,0
6. Santa Catarina	4,0	3,0	1,8	2,9
7. Bahia	3,4	7,9	1,4	9,5
8. Pernambuco	1,9	5,1	4,6	6,5
9. Espírito Santo	1,0	1,7	0,4	1,9
10. Ceará	0,8	4,4	0,6	5,1

Fonte: IBGE

Assim sendo, vai melhorando a participação de Santa Catarina no PIB brasileiro: em 1980 foi de 3,04%, passando a 3,84% em 1984. A participação catarinense no PIB da região Sul do Brasil subiu de 18,3% em 1980 para 21,6% em 1984. Não é surpresa que a renda per capita catarinense de US\$ 1,044 em 1970, tenha atingido US\$ 2,555 em 1980 e gira em torno de US\$ 2,808 em 1985. O PIB catarinense divide-se em 16% no setor primário, 37,9% no secundário (industrial) e 46,1% no terciário, mostrando seu caráter moderno. Por outro lado, as desigualdades sociais são menores do que no conjunto brasileiro, onde 37% da população economicamente ativa ganha até um salário-mínimo, enquanto em Santa Catarina os dados do RAIS-83 indicaram 6,7%.

DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v6.i2.158](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v6.i2.158)

Pondo de lado as estatísticas, devemos lembrar que enquanto no Paraná se destacavam o Bamerindus e a CR Almeida (engenharia) e no Rio Grande do Sul a VARIG e o grupo Gerda (siderurgia) como grandes grupos nacionais, em Santa Catarina os grandes grupos privados de projeção nacional eram todos eles industriais e se dispersavam pelas várias regiões: SADIA - Transbrasil e Perdigão no Oeste; Hering, Artex, Tupy, Tigre-Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski na área carbonífera, além da Portobello-Usati no litoral central. Certamente não deviam ser esquecidos os investimentos em geração e transmissão de eletricidade (Eletrosul e Celesc), além da carboquímica ICC, de capitais estatais e a presença dos grupos extrarregionais (Klabin, Brastemp/Consul, etc.).

Cabe-nos questionar, consultando o mapa das regiões e centros industriais - 1980 e a tabela de Censos Industriais e seus principais ramos - 1980, por que razão a indústria, ao mesmo tempo que está desigualmente distribuída, aparece de maneira mais nítida: a) nas áreas alemãs; b) na região carbonífera-cerâmica do Sul do Estado e c) nas áreas agroindustriais do Oeste; que ramos industriais se manifestam nestas regiões e quais suas características de funcionamento geoeconômico; quais as inserções das indústrias catarinenses na divisão nacional e internacional do trabalho, à medida que elas são crescentemente exportadoras; se haveria um modelo catarinense de desenvolvimento; e também da validade das interpretações centro-periferia a gosto cepalino ou da interpretação schumpeteriana de valorização dos empreendedores ou do seu oposto, a interpretação do caráter parasitário do empresariado catarinense.

2. Breve histórico da industrialização catarinense

Por volta de 1950-60 era voz corrente atribuir a industrialização do Sul do Brasil à riqueza artesanal da região. Como assinalou J. Roche, conforme nossos comentários (A. Mamigonian), nem toda indústria sulista nasceu do artesanato (têxtil, p. ex.), nem todo artesanato se transformou em indústria (charutos no Vale do Itajaí e o artesanato têxtil açoriano, p. ex.). De qualquer modo, a riqueza artesanal das áreas de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina constituiu um fundamento importante do processo de industrialização.

Por isto mesmo, quando P. Singer escreveu sobre a região, apesar de ter chamado a atenção para a precocidade da industrialização de Blumenau, não conseguiu dar conta de toda a especificidade do processo. O ponto de partida, como ficou apontado no debate que teve sequência com A. Barros Castro, deve ser o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização no Sul do Brasil: tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.), a partir da origem europeia, já em processo de industrialização. Aliás, muitos artesãos e operários migraram depois de expulsos da Alemanha, Itália, Polônia na segunda metade do século XIX em consequência das crises de crescimento do capitalismo industrial naqueles países, como por exemplo os operários e artesãos têxteis de Lodz (Polônia), que se estabeleceram em Brusque.

Esta pequena produção mercantil, que lembra o povoamento do nordeste dos EUA no século XVII, foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, etc., no Rio Grande do Sul e de Blumenau, Joinville, etc., em Santa Catarina. Neste sentido, falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização até recentemente das áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.). Diga-se de passagem, que é impossível entender mesmo a industrialização paulista sem fazer apelo à força da pequena produção mercantil existente dentro e fora das fazendas de café, como os estudos de caso estão mostrando nitidamente (Franca, Limeira, Piracicaba, etc.). Assim, o apelo à interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores), também nos parece pobre, pois a multiplicação dos empreendedores não pode se dar numa sociedade de base latifundiária, de fraca e pequena produção mercantil.

Hering, Döhler e Schlösser, mestres-artesãos têxteis, foram forçados a sair das áreas têxteis europeias no final do século XIX, pois os artesanatos e as pequenas empresas eram forçados a cerrar suas portas nos períodos de crise. Ao se estabelecerem em Blumenau, Joinville e Brusque, respectivamente, puderam contar com compradores certos para seus produtos, os agricultores locais, e encomendar aos carpinteiros a construção de teares manuais de madeira; porém dependiam de poucos e difíceis recursos em dinheiro, obtidos localmente depois de vários tipos de trabalho e de fios de algodão importados da Europa pelo aparelho de intermediação comercial solidamente estabelecido nas principais praças portuárias brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro. Antes disto, nas cidades portuárias brasileiras surgiram indústrias ligadas ao capital comercial, com grandes dimensões desde o início, como em Salvador, Recife e principalmente no Rio de Janeiro. Também no Sul do Brasil surgiu uma geração precoce de indústrias ligadas ao capital comercial (Rio Grande, Porto Alegre, Florianópolis, Itajaí, etc.), sendo que na capital catarinense a poderosa firma comercial Hoepcke investiu em fábricas de pregos, de bordados e estaleiro naval. Estas indústrias em geral, sofreram mais fortemente as crises e muitas desapareceram.

Nas áreas de colonização alemã de Santa Catarina, as indústrias nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial. Elas foram fornecidas pela conjuntura de depressão do comércio internacional (1873-1896), que além de criar barreira protecionista natural decorrente da pobreza cambial, reforçou a política fiscal sobre impostos de importação (I. M. Rangel). Como estas indústrias mantiveram-se sempre vinculadas à Alemanha, visando a permanente atualização das máquinas e das técnicas e por outro lado precocemente em relação ao Rio

Grande do Sul os políticos destas regiões, como Lauro Müller, F. Schmidt e C. Renaux, chegaram a ter influência estadual e federal; o crescimento destas indústrias foi lento e seguro, alcançando o mercado do Sul do Brasil e às vezes do Rio de Janeiro e São Paulo antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial foi muito favorável a estas indústrias e deu oportunidade ao surgimento da produção carbonífera em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os grandes armadores do Rio de Janeiro, como Henrique Lage, ficaram muito vulneráveis à queda das importações de carvão-vapor europeu necessário às caldeiras dos seus navios, e assim investiram maciçamente na abertura de minas, iniciando-se em 1917 a produção comercial. No pós-guerra a situação tornou-se crítica, mas a Revolução de 1930 estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional em 1931, elevado a 20% em 1937, garantindo a rentabilidade dos negócios. A Segunda Guerra Mundial permitiu novas substituições de importação e o aparecimento de empreiteiros locais como Santos Guglielmi e Domício Freitas, que acabaram criando empresas poderosas. O funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN em 1945, abriu à Santa Catarina a exclusividade do mercado de carvão-coque nacional e a implantação de uma filial mineradora da CSN (Cia Próspera), que depois passou a escoar sua produção de carvão vapor a uma usina termoelétrica, de 25.000 KW.

A terceira grande região industrial de Santa Catarina é o Oeste, onde se processa um crescente sistema de integração e aprisionamento dos colonos aos frigoríficos (suínos, frangos, perus, etc.). Trata-se do caso mais acabado de agroindústria no Sul do Brasil, onde surgiram vários negócios de pequeno e médio portes que acabaram desembocando nos últimos anos em crescente concentração nas mãos de três grandes grupos: Sadia/Transbrasil, Perdigão Agroindustrial e Seara, do Grupo Hering. Os frigoríficos de suínos surgiram nas décadas de 30 e 40, como prolongamento de duas atividades: a) comercial, de compra aos pequenos colonos e venda de porcos aos frigoríficos paulistanos, como Swift e Armour; b) frigorificação, já existente no Vale do Itajaí, e sobretudo no norte do Rio Grande do Sul (de onde provinham os colonos e os comerciantes) e a remessa de banha e carne ao mercado paulistano. A integração acima referida se acelerou com a implantação pelas firmas, na década de 1960, de modernos abatedouros de frangos que visavam prender na região os colonos com poucas terras.

Assim como as indústrias de Santa Catarina, implantadas por alemães, foram concorrendo e ganhando os mercados das firmas paulistanas como malharia e felpudos, os frigoríficos do Oeste também concorreram e venceram as firmas gaúchas, por estarem melhor localizadas, e contarem com matéria-prima mais barata, foram afastando Minas Gerais do mercado paulistano, substituindo o fornecimento de banha por salamaria mais refinada. Os estágios nos frigoríficos da Itália, Dinamarca, Estados Unidos, entre outros foram o caminho para o aprimoramento da produção. No período após a Segunda Guerra Mundial, a Sadia e a Perdigão puderam contar com aviões DC-3, sobras do esforço de guerra americano usados e baratos, visando o transporte mais rápido das salamarias ao mercado paulistano, dando assim origem a Transbrasil.

Distantes do mercado consumidor, as empresas catarinenses em geral tiveram que se aprimorar permanentemente, renovando máquinas e métodos de trabalho, enquadrando a mão-de-obra, rebaixando custos. Contaram com relações de trabalho favoráveis, pois a ideologia do trabalho dos colonos italianos, e sobretudo, alemães foi transferida aos seus filhos e netos, os operários. Portanto, não é de surpreender que a Artex tenha sido pioneira em 1958 na exportação de felpudos ao mercado americano. Com a crise de 1965-66 a empresa blumenauense ampliou sua presença e foi abrindo espaço para outras firmas catarinenses, já então com incentivos de exportação, tendo criado uma “trading-company” muito dinâmica.

Os incentivos fiscais (Sudene, etc.) e a abertura do capital das empresas catarinenses aos fundos de investimento, o acesso crescente aos mercados estrangeiros e a adoção pelo governo do sistema “draw-back” facilitando as importações de máquinas mais modernas, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC e o Programa Especial de Capitalização e Apoio à Pequena Empresa permitindo desconto de 10% no ICM estadual, o apoio técnico do Departamento de Mecânica da UFSC, os treinamentos realizados pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina - CEAG/SC, o arrocho salarial e a disciplina no trabalho, permitiram a estas firmas, após 1964, dar um salto qualitativo frente as concorrentes nacionais.

Podemos concluir lembrando que são muito difundidas duas análises a respeito da indústria catarinense: a) a que tem a tendência a exaltar as especificidades regionais, valorizando a capacidade empresarial, o espírito de disciplina e de organização; b) a que tem tendência de ver Santa Catarina como um apêndice industrial do Brasil-Sudeste, sobretudo de São Paulo, e por este explorado.

A primeira visão origina-se das primeiras colocações a respeito da origem artesanal da Indústria do Sul do Brasil e atende, parcialmente, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais. A segunda estimula uma visão de tipo centro-periferia cepalino, minimizando, como no primeiro caso, as relações sociais na gênese, na evolução e no presente da indústria catarinense e também serve, como na primeira análise, a um certo tipo de regionalismo conservador.

Quadro 1: Centros industriais e seus principais ramos 1980 (% valor da produção)

CENTROS INDUSTRIAIS E RAMOS	JOINVILLE	BLUMENAU	JARAGUÁ DO SUL	CRICIÚMA	LAGES	BRUSQUE	CHAPECÓ	CONCÓRDIA	VIDEIRA	SÃO BENTO DO SUL	GASPAR	ITAJAÍ	TUBARÃO	JOAÇABA	URUSSANGA	CAÇADOR	CANOINHAS	RIO NEGRINHO
Pessoal Ocupado (1000)	39,3	35,4	12,7	15,4	8,3	9,1	4,1	3,4	2,9	10,0	4,0	5,2	4,3	2,3	4,4	5,3	4,0	4,1
Valor Produzido (Cz\$ Milhões)	74,4	66,3	17,9	16,5	16,0	12,4	12,3	10,7	10,3	9,2	7,7	7,1	5,9	5,2	5,2	4,4	3,8	3,8
Valor Sobre Santa Catarina	19,5	17,4	4,7	4,3	4,2	3,2	3,2	2,8	2,7	2,4	2,0	2,0	1,5	1,4	1,4	1,2	1,0	0,8
Extração Mineral				21,4									6,7		24,1			
Transformação Mineral não-metálico		1,4		28,1			1,9			7,3		20,8	24,4		60,9			7,8
Metalurgia	19,9	3,7	5,6										25,4	3,0				
Mecânica	23,7	1,5	2,9	3,4	3,3	2,5		1,7				4,5	8,3	14,7	4,5	9,9	3,3	
Material Elétrico/Comunicação	1,8		30,4									6,4						
Material de Transporte	7,2						1,5					5,8	2,5					
Madeira					22,2		1,8	1,7	3,4	4,2		4,0	3,2	4,9		42,6	70,7	9,8
Mobiliário										56,1		2,8				6,4		65,5
Papel e papelão					51,1							9,3		5,2		15,8		
Química	2,3			13,0	4,9						41,0							
Plásticos	20,8			8,5						3,9		3,1						
Têxtil	8,7	44,1	10,6			78,7				13,3	33,7							
Vestuário, Calçados. Art. Têxteis	6,9	28,3	24,6	3,8		8,4										12,2		
Produtos Alimentares	2,8	2,7	12,6	9,6	10,7		77,3	93,7	82,9		15,8	36,0	4,5	7,9		2,8	19,4	
Bebidas									2,6									
Fumo (aproximado)	6,6					5,3							17,0					
Diversos		4,6								9,2								

Fonte: IBGE. Obs.: As estatísticas não especificam ramos onde haja individualização dos dados, como por exemplo, a transformação de couros em Joaçaba.

Tabela 2: Participação dos Ramos Industriais de Transformação no Brasil (%) e em Santa Catarina (%), de 1940 a 1980, conforme Valor da Produção

RAMOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC
Extração de Minerais							1,6	3,9	1,4	1,4
Transformação Minerais não metálicos	3,7	1,8	4,5	2,2	4,5	3,4	4,2	3,8	4,2	5,4
Metalurgia	6,3	3,5	7,6	3,0	10,5	4,8	12,4	5,1	13,7	6,2
Mecânica	1,1	0,9	1,6	1,5	2,8	2,0	4,0	5,8	7,6	7,2
Mat. Elétrico/Comunicação	0,9	0,0	1,4	0,2	4,0	1,7	4,7	1,4	5,2	2,4
Material transporte	3,0	0,6	2,3	0,4	6,8	0,6	8,2	2,3	7,8	2,2
Madeira	2,9	14,8	3,4	20,8	2,6	20,8	2,3	18,4	2,0	9,0
Mobiliário	1,6	2,6	1,7	1,7	1,8	2,4	1,8	2,7	1,5	2,9
Papel/papelão	1,8	1,2	2,0	2,2	3,0	5,7	2,4	5,9	2,7	5,0
Borracha	0,6	0,0	1,6	0,0	2,5	0,1	1,7	0,3	1,5	0,2
Couros, peles, etc.	1,9	2,3	1,5	1,5	1,1	1,0	0,7	0,7	0,5	0,3
Química*	9,1	3,4	8,6	8,6	10,9	2,4	13,0	2,4	20,4	6,1
Perfumaria, sabões, velas					1,5	1,1	1,4	0,5	0,8	0,1
Produtos Plásticos					0,7	0,8	1,7	4,9	2,0	5,1
Farmacêutica, Veterinária					2,0	0,4	2,1	0,4	1,1	0,1
Têxtil	23,1	22,1	18,7	17,4	12,5	16,3	9,3	16,0	6,4	14,4
Vestuário, calçados, etc.	4,7	1,7	4,3	1,2	3,4	1,3	3,4	1,3	3,9	9,2
Produtos Alimentares	31,5	36,9	32,0	33,7	24,2	29,3	20,2	22,8	13,9	19,5
Bebidas	2,6	2,8	3,1	2,3	2,4	1,7	1,9	1,0	1,1	0,5
Fumo	1,8	0,9	1,4	0,3	1,1	1,5	1,0	2,7	0,6	1,8

RAMOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC
Editorial e gráfica	2,6	0,8	2,8	0,9	2,3	0,9	2,5	0,6	1,6	0,5
Diversos	0,9	2,6	1,4	2,1	1,3	2,1	1,6	1,5	1,5	1,4
Total - Santa Catarina/Brasil		1,8		2,2		2,2		2,5		3,9

Fonte: IBGE. Obs.: * Química em 1940 e 1950 inclui os três ramos seguintes.

3. Regiões e ramos industriais em Santa Catarina

A indústria catarinense cresceu mais do que a indústria brasileira, cujo crescimento já foi alto no período 1940-80. Representando 2,9% da população brasileira em 1940, Santa Catarina contribuiu com apenas 1,8% do valor da produção industrial, mas em 1980 somando 3,0% da população nacional, produziu 3,9% do valor industrial brasileiro, sendo que tal avanço foi se dando ao longo das décadas, mas se acelerou no período 1970-80, como vimos.

Existem relações centro-periferia a partir de São Paulo, centro do sistema capitalista brasileiro, em relação ao conjunto da economia brasileira. Porém, a relação São Paulo - Região Sul se diferencia das demais do país, em especial no que se refere ao setor industrial. As salmarias da Sadia e da Perdigão mesmo sendo vistas como simples indústrias alimentares, dominam o mercado brasileiro no ramo; as autopeças da Tupy ou da Altona podem ser vistas como dependentes das montadoras multinacionais (como toda indústria paulista de autopeças), entretanto, as peças de aço fundidas da Altona concorrem com as da Villares em São Paulo, assim como as conexões da Tupy dominam monopolisticamente todo o mercado nacional (desde que a Ford desistiu do setor), além de penetrarem nos mercados do centro do sistema capitalista mundial. Não se trata de casos isolados, pois existe um grande setor industrial catarinense, como é caso dos motores e geradores Weg e Kohlbach, que além de dominarem o mercado nacional exportam dinamicamente para países como a Alemanha e o Japão.

Estudando os mapas e tabelas, constata-se que há uma forte regionalização dos ramos, como no caso de todo o departamento 1 - metalmeccânico, elétrico-comunicações, transporte, e estes se localizam fortemente na área de Joinville-Jaraguá do Sul e arredores, e de produção alimentar, muito ligada ao Oeste e assim sucessivamente; e são estes os ramos que mais cresceram no período 1940-80. Neste sentido é válido vincular a análise dos ramos às regiões industriais, podendo-se distinguir três regiões industriais importantes: a) áreas alemãs, com mais da metade da produção catarinense, b) área carbonífera-cerâmica do sul do Estado, c) o Oeste agroindustrial.

3.1. A região industrial de origem alemã

No Nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no alto Vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim, seguindo a Blumenau e daí novamente até Joinville, fechando-se o perímetro da área onde se localiza a região mais industrializada, englobando mais de vinte municípios, totalizando mais de 50,0% do valor da produção industrial catarinense e, em proporção maior a este valor da transformação industrial. Nesta área destacam-se dois centros industriais: Joinville, com 19,5% da produção industrial catarinense e Blumenau, com 17,4%. No conjunto desta região industrial a mão-de-obra do setor secundário está acima dos 50,0% do total da força de trabalho, e em nenhum município está abaixo de 30,0%, alcançando 55,0% em Blumenau e 58,0% em Joinville e girando ou ultrapassando os 2/3 em vários (Pomerode, Guabiruba, Rio Negrinho e São Bento). Sintetizando, esta região produziu em 1980 nada menos do que 2,1% do valor industrial brasileiro, a partir de 0,7% da população nacional, o que significa que ela é três vezes mais industrializada do que a média brasileira.

Nesta região, do ponto de vista da organização espacial, aparecem: 1) dois centros industriais importantes: no norte, Joinville e no sul, Blumenau, empregando respectivamente 39,3 mil e 35,4 mil pessoas em 1980; 2) cerca de dez centros industriais menores como Jaraguá do Sul, Brusque, São Bento, Rio Negrinho, Indaial, Timbó, empregando de 12,7 mil a 3,0 mil pessoas; 3) inúmeras sedes municipais ou proximidades com um ou dois estabelecimentos de grande porte, frequentemente filiais-integradas como as secções de costura das grandes malharias Hering, Sulfabril e Malwee (Ascurra, Benedito Novo, Ibirama, Rodeio); e 4) numerosos estabelecimentos espalhados pela zona rural, com a capacidade de criarem aglomerados (Karsten, Haco, Oxford, Buettner, etc.) ou simplesmente isolados, como em várias zonas rurais do município de Brusque. Nestas duas últimas situações espaciais, parte importante da mão-de-obra é composta por elementos da família colono-operária, frequentemente por mulheres, como mostra o estudo de A. Moser. Trata-se de expansões espaciais tanto de grandes empresas como de pequenas e médias, que vão criando bacias de mão-de-obra cativa e barata, visando a diminuição dos custos de produção (forçada pela concorrência internacional e nacional) e que dão uma continuidade urbano-rural na região.

Os ramos industriais catarinenses concentrados geograficamente na área alemã acima referida são os do departamento 1 (metalurgia, mecânica, elétrico-comunicações, material transporte e plásticos) e do departamento de bens de consumo (têxtil, vestuário, artefatos têxteis, "química" e mobiliário), que evoluíram da seguinte maneira em Santa Catarina e no Brasil:

Tabela 3: Participação dos ramos (%) nos valores industriais totais de SC e BR

RAMOS	1940		1980	
	SC	BR	SC	BR
Têxtil	22,1	23,1	14,4	6,4
Vestuário art. Têxteis	1,7	4,7	9,2	3,9
Química*	3,4	9,1	6,1	20,4
Mobiliário	2,6	1,6	2,9	1,5
Metalúrgica	3,5	6,3	6,2	13,7
Mecânica	0,9	1,1	7,2	7,6
Plásticos	--	--	5,1	2,0
Material Elétrico-comunicações	--	0,9	2,4	5,2
Material de Transporte	0,6	3,0	2,2	7,8
Indústria de Transf. SC/Brasil	1,8	100,0	3,9	100,0

Fonte: IBGE. *Inclua em 1940 produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas (excluídos em 1980, que inclui óleo de soja processado quimicamente)

A tabela mostra que, hoje, a região alemã possui dois setores de peso semelhante: a indústria de equipamento, localizada em Joinville e Jaraguá do Sul e a indústria de bens de consumo como têxtil, localizada em Blumenau e arredores.

As primeiras exportações artesanal-manufatureiras da região foram: banha, laticínios e madeira destinados ao mercado interno; charutos, fumos e madeira, enviados à Europa. Estas exportações foram dominantes até a Primeira Guerra Mundial, quando as têxteis, surgidas por volta de 1880, invadiram o mercado nacional, substituindo importações e permaneceram como ramo dominante até 1950, aproximadamente. As oficinas mecânicas e fundições, numerosas na pequena produção mercantil, puderam se expandir em Joinville, já que foram levadas a atender a estrada de ferro, as manutenções dos motores marítimos, os carroções de transporte de erva-mate, a economia dos colonos e as indústrias nascentes. Daí Otto Bennack ter sido pioneiro no Brasil na produção de tornos-mecânicos antes da Segunda Guerra Mundial, iniciativa abortada posteriormente.

Nascidas de iniciativas privadas modestas, mas sólidas, estas indústrias cresceram rapidamente. A Hering, simplesmente artesanal e de mão-de-obra familiar de 1880 a 1895, acabou se tornando durante a Primeira Guerra Mundial a maior malharia brasileira, alcançou 1800 operários em 1960 e nas últimas décadas tornou-se um dos grandes grupos industriais privados brasileiros, enquanto os grandes grupos nordestinos (Othon Bezerra de Mello, Casas Pernambucanas, etc.) decaíram do ponto de vista industrial: 1) a maior malharia do mundo (16.000 empregados), 2) a maior moagem de óleo de soja do Brasil (Ceval), 3) o terceiro produtor de carnes suínas e frangos do Brasil (Seara, etc.), além da presença em outros setores (equipamentos para telecomunicações, em Curitiba, hotéis e lojas em Santa Catarina, Wrangler, etc.), com significativa presença têxtil no Nordeste (Sudene) e empregando mais de 23.000 pessoas. A produtividade industrial da malharia cresceu sempre, se acelerando recentemente: em 1915 um empregado produzia 127 dúzias de peças (38 mil no total), em 1965 produziu 427 (800 mil), alcançando 1110 dúzias em 1980 (12 milhões), sem os reflexos proporcionais no salário real dos operários (M. L. Renaux Hering).

Como no ramo de malharia no Brasil, dominada em 95% pela indústria catarinense como a Hering, a Sulfabril, a Malwee, etc., a produção têxtil de cama, mesa e banho (felpudos) igualmente foi dominada, até a onda de fusões dos anos 1990, pelas firmas catarinenses, entre as quais estão a Artex, a Tekka, a Karsten, a Schlösser, a Cremer e a Buettner, que escoam 90% da produção nacional e se fazem presentes crescentemente nos mercados mundiais, sobretudo Europa Ocidental e Estados Unidos, apesar do aumento das barreiras protecionistas. O maior crescimento do ramo no Brasil se deu em Santa Catarina, que representou 8,7% das têxteis nacionais e 9,3% do setor de vestuário e artefatos têxteis em 1980. Assim, do total de US\$ 1 bilhão exportados pela economia catarinense em 1985, os têxteis alcançaram US\$ 103 milhões, parcela significativa das exportações têxteis nacionais.

As áreas alemãs se caracterizam por uma produção diversificada, realizada por estabelecimentos de porte nacional e às vezes mundial: a) Geladeiras Cônsul, maior produtora nacional, adquirida nos anos 70 pela Brastemp, de menor porte, e quase vendida na época à Philips holandesa; b) Hansen-Tigre, a maior produtora nacional de PVC rígido, com fábricas em todo Brasil e no Paraguai, domina o mercado, mesmo com a presença da multinacional Brasilit em São Paulo; c) Fundação Tupy, produtora de ferro maleável, alcançou o porte das maiores dos Estados Unidos e Europa. Elas datam da década de 1930-40, nasceram e cresceram enormemente em Joinville e arredores.

A Weg surgiu em Jaraguá do Sul, com três sócios e três empregados em 1961, quando produziu 146 motores elétricos, seguindo o exemplo da Kohlbach, que havia começado poucos anos antes. A Weg alcançou 100 empregados em 1965, produziu 9.000 motores, e partiu do mercado de Santa Catarina, alcançou todo o Sul penetrando diretamente no interior de São Paulo, sem passar pelos atacadistas da rua Florêncio de Abreu (capital). Buscando secretamente tecnologia em São Paulo, onde estavam seus gigantescos concorrentes como a Arno, a GE, a Búfalo e a Brasil, a Weg cresceu à taxa anual de 37% na

década 1965-75, quando a economia nacional cresceu a 10%. Em 1975 empregava 1550 pessoas, produzia 308 mil motores e se tornava o maior produtor da América Latina, para onde iniciara exportações em 1970. Hoje exporta para a Europa, América Latina, Estados Unidos, Canadá, África, Austrália, Ásia, e inclusive Japão, mantendo nestas regiões representantes e assistência técnica, já que seus produtos alcançam mais de 50 países. A Weg motores, líder do grupo que controla de 70 a 90% de determinados segmentos do mercado brasileiro, produziu 994 mil motores em 1981, 621 mil em 1983, em plena crise, alcançou 1,035 milhão em 1985, e prevê produzir 1,4 milhão em 1986. No final da década de 1970 a empresa sentiu necessidade de se tornar um grupo diversificado, tendo surgido sucessivamente: a) Weg-acionamentos (componentes eletrônicos e controladores programáveis); b) Weg-máquinas (máquinas elétricas gigantes para mineração, petroquímica, celulose, etc.), e por aquisição de empresas em crise (1981-82); c) Weg transformadores (Blumenau); d) Weg-química (Guaramirim), Weg-pescados (Penha), além de aplicações de incentivos; e) Weg reflorestamento (Corupá, São Bento e Araquari: 4500 hectares), conforme A. Ternes.

No que se refere aos controles lógicos-programados da Weg, a firma catarinense concorre neste setor de ponta com a Romi, a Villares e a Mangels de São Paulo. O combate audacioso das indústrias catarinenses parte de uma posição geográfica desvantajosa: matérias-primas e mercados consumidores distantes, situação semelhante a da Suécia em relação à Europa e a do Japão em relação ao mundo, porém compensada, como nos países citados: a) pelos permanentes avanços tecnológicos, apoiados em centros tecnológicos anexos às indústrias - Tupy, Embraco, Weg, no acompanhamento de revistas científicas internacionais, na participação nas feiras mundiais de mecânica, na absorção da tecnologia existente nas concorrentes mais avançadas, nos contratos de pesquisa com o curso de Engenharia Mecânica da UFSC, onde a Weg adquiriu um "software" para cálculos de campo eletromagnético; b) pela política de autossuficiência (integração vertical a maior possível) e diversificação de produtos para garantir o equilíbrio financeiro.

Em resumo, as áreas de colonização alemã tiveram enorme expansão de 1970-80 no setor de bens de consumo, inclusive duráveis. As malharias, felpudos e cristais em Blumenau, Brusque e Joinville, as porcelanas e faianças em Pomerode, São Bento do Sul e Rio Negrinho, as geladeiras, aparelhos de ar-condicionado, em Joinville, cresceram mais que a média nacional. No setor de equipamentos, a expansão igualmente foi expressiva sobretudo em Joinville e Jaraguá do Sul: motores, máquinas para madeira, controles numéricos, autopeças, fundidos e aços em geral, compressores, carrocerias de ônibus, plásticos para saneamento, etc. concorreram vitoriosamente com São Paulo e se fizeram presentes de maneira agressiva nos mercados mundiais (Estados Unidos, Europa Ocidental e restante do mundo), sobretudo a partir de 1970. E, não é surpresa que partindo do Centro Regional de Tecnologia em Informática, anexo a UFSC, e das iniciativas privadas (Weg e outros), a indústria catarinense já esteja ingressando no ramo da informática.

3.2. A região carbonífera-cerâmica do Sul do Estado

A análise do mapa de localização industrial mostra nitidamente a existência no Sul do Estado de outra região importante, com vários centros industriais: Criciúma, o quarto centro industrial catarinense, Tubarão onde se localiza a maior termoeletrica brasileira, movida a carvão-vapor; Urussanga, com cerâmica e extração e beneficiamento de carvão, e Imbituba, porto carbonífero onde opera a Indústria Carbonífera Catarinense - ICC.

A Segunda Guerra Mundial marcou uma conjuntura importante para a região carbonífera: a) grande aumento da produção de carvão, visando substituir o importado, b) aparecimento e crescimento de atividades dos empreiteiros locais: Freitas, Guglielmi, Zanette, etc., que foram ocupando o espaço das companhias tradicionais, do Rio de Janeiro (H. Lage) e São Paulo (Jafet - 1964), c) implantação da Companhia Próspera, filial da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, visando produzir e coordenar a produção de carvão-metalúrgico, necessário ao atendimento da siderurgia nacional. Quando o consumo de carvão-vapor pelas estradas de ferro, caldeiras dos navios e gás de rua foi sendo substituído por outras fontes, a CSN foi obrigada a implantar uma termoeletrica com a capacidade de produção de 25 mil kW visando ao atendimento regional e a absorção do excedente decorrente da continuidade da produção do carvão-metalúrgico.

A expansão industrial de Santa Catarina, necessitando cada vez mais de eletricidade que as companhias regionais (Força e Luz no Vale do Itajaí, Empresul, em Joinville e arredores) não tinham condições de atender nem financeiramente, nem fisicamente, e somada ao excedente de carvão-vapor no Sul do Estado, forçou uma conjugação de esforços do governo catarinense com o federal (Plano Nacional do Carvão), na década de 1950, resultando na implantação da Sotelca: a CSN realizou os investimentos na termoeletrica, com utilização de equipamentos importados MAN e Brown-Boveri, na sua etapa inicial, de duas unidades de 50 mil kW cada, enquanto o Governo Estadual construiu a linha de transmissão de Tubarão e Joinville. Antes do início da operação da usina, em 1965, eram produzidos na área carbonífera do Sul de Santa Catarina 1,5 milhão de toneladas de carvão lavado por ano, do que resultavam 690 mil toneladas de carvão-metalúrgico, 550 mil de carvão vapor e 280 mil toneladas de rejeito piritoso (a maior reserva de enxofre do Brasil, sendo que apenas a primeira parcela era utilizada).

Com a Sotelca, hoje Usina Termoeletrica Jorge Lacerda, expandem-se duas participações de grande porte na produção, transmissão e distribuição de eletricidade em Santa Catarina: a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC e a Centrais Elétricas do

Sul do Brasil – ELETROSUL (a última incluída no programa de privatização do governo FHC em 1995). A CELESC incumbiu-se de duas tarefas principais, ou seja, a absorção das empresas regionais de eletricidade, incorporando várias pequenas usinas hidrelétricas, sobretudo na área de colonização alemã como Palmeiras, Cedros, Bracinho, Salto Weisbach, usinas de 10 a 25 mil kW; e manter e implantar linhas de transmissão para o Oeste, passando por Lages, e para Florianópolis em 138 kW. Enquanto isto, a Eletrosul passou a se encarregar da ampliação da usina Jorge Lacerda (Tubarão), que alcançou 232 mil kW em 1973 e 482 mil em 1978, sendo que nas últimas etapas foram feitos acordos de fornecimento com a Skoda (tcheca), abrangendo um pacote tecnológico europeu fechado e a montar as linhas de transmissão de 230 kW para Curitiba e Porto Alegre, integrando pela primeira vez o sistema elétrico do sul do Brasil. Neste sistema a empresa federal vai se tornando cada vez mais geradora - Usinas Salto Santiago, Salto Osório, Foz da Areia, Jorge Lacerda, Passo Fundo, e transmissora em grandes proporções; e as companhias estaduais (Celesc, Companhia de Eletricidade do Paraná-Copel e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE) vão se tornando crescentemente distribuidoras.

Assim, o balanço de eletricidade em Santa Catarina mostra que em 1975 a Celesc gerou 398,9 milhões de kW/h e adquiriu 1675,7, e indica uma dependência crescente, pois em 1985 ela gerou 332,6 e adquiriu 5411,6. O consumo é basicamente industrial (53,0% em 1975 e 54,4% em 1984), além de residencial (16,8 e 18,6), comercial (11,3 e 10,2) e demais classes (18,9 e 16,8).

Tabela 4: Principais Municípios Consumidores de Eletricidade

Municípios	1975	1980	1985
Joinville	260.458	520.319	686.045
Blumenau	218.615	394.228	590.556
Criciúma	100.077	236.985	378.571
Florianópolis	101.158	199.147	274.530
Brusque	50.079	103.611	154.892
Itajaí	67.857	118.136	142.424
Tubarão	36.022	90.106	141.711
Chapecó	29.184	72.779	112.527

Fonte: CELESC

Até recentemente o carvão-vapor produzido em Santa Catarina se destinava quase exclusivamente à geração de eletricidade. A crise do petróleo beneficiou a produção de carvão-vapor no Brasil, especialmente após 1979, abrindo mercados na substituição do óleo combustível das caldeiras (indústria de cimento, etc.).

Tabela 5: Produção de Carvão Vendável (1.000 t)

ANO	Carvão Energético				Carvão metalúrgico	
	SC	RS	PR	TOTAL	SC	BRASIL
1976	1.305	977	182	2.464	865	3.329
1980	1.840	1.577	203	3.620	1.288	4.908
1985	3.314	2.663	276	6.253	1.396	7.697

Fonte: DNPM

A produção carbonífera catarinense esteve na origem de dois setores industriais regionais, a ICC, localizada no porto de Imbituba e filiada à Petrofértil (Grupo Petrobrás) e as indústrias de azulejos, localizadas em Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba (Cecrisa, Cesaca, Eliane, etc.), que tornaram a região em principal produtora do país.

A produção de carvão catarinense apresenta 25% de rejeitos piritosos (ferro e enxofre). Com as importações brasileiras de enxofre sendo pressionadas pelas dificuldades cambiais, e em decorrência das sobras de tais rejeitos na região constituírem um sério problema, houve estímulo para seu aproveitamento pelo governo federal. O rejeito é concentrado nas áreas carboníferas (Criciúma) e, remetido por via ferroviária como o carvão, até o porto de Imbituba, é transformado em ácido sulfúrico (processo Mitsubishi Lurgi). A ICC recebe, por via marítima, concentrado fosfático, oriundo do sul de Goiás, que reagindo com o ácido sulfúrico permite obter ácido fosfórico (processo Rhone-Poulenc Krebs). Em 1984, a ICC foi responsável por 43% da produção nacional de enxofre (80 a 85% do consumo nacional de enxofre depende de importações), que transformado tornou-a responsável por 16% da produção de ácido fosfórico (2º produtor nacional, atrás apenas da Fosfértil, também da Petrofértil), sendo que todo este produto final, 107.000t, destinou-se, por via marítima, às fábricas de fertilizantes gaúchas (Ipiranga, Trevo, etc.), localizadas no porto de Rio Grande.

Por outro lado, o aproveitamento do rejeito piritoso na produção de enxofre provocou sobras de óxido de ferro, cujo destino é a produção siderúrgica. A ICC, a Fundação Tupy (Joinville) e a Tecnometal (São Paulo) desenvolveram tecnologia que permite a utilização do óxido para obtenção de pelotas autorredutoras, que podem ser usadas, como as sucatas nos fornos

cubilot com previsão de consumo de 120 mil toneladas/ano de óxido de ferro em Imbituba, em unidade industrial sob controle acionário da Tupy e participação da Santinvest (grupos industriais catarinenses).

A produção de carvão esteve durante muitos anos bloqueada pelo consumo reduzido de carvão-metalúrgico nacional, pois as siderúrgicas (CSN, Cosipa, Usiminas) sempre preferiram o coque importado. Por esta razão, os mineradores trataram de procurar negócios para aplicar seus lucros (hotéis, loteamentos, fazendas de gado, meios de comunicação, etc.). Henrique Lage havia instalado uma fábrica de porcelana em Imbituba, visando equipar seus navios de passageiros com louças de fabricação própria, e que evoluiu para fábrica de azulejos. A existência de argilas na região, a experiência técnica acumulada e a garantia de mercado lucrativo de azulejos levaram os capitais locais, desde a década de 1960, a se dirigirem à produção de azulejos, que cresceu rapidamente, ultrapassando, nos mercados de São Paulo, a presença da Klabin e outros produtores tradicionais. Esta multiplicação de fábricas de azulejos permitiu a implantação de uma grande fábrica de máquinas para azulejos (Conventos, do grupo Freitas).

Por outro lado, os mineradores de carvão investiram também na produção de coque, que vendem às fundições de São Paulo, etc. Ultimamente, com o crescimento da extração carbonífera, estão obtendo, graças as suas boas relações no Ministério de Minas e Energia, concessões de lavra no Rio Grande do Sul (Osório, Gravataí, etc.), em bacias de profundidades maiores (600m), mas com camadas mais espessas e com maior possibilidade de coqueificação. Além disto, estão enveredando para pesquisa e produção de chumbo e cobre no Vale do Ribeira, São Paulo, e de ouro no Estado do Pará.

NOTA: Apoio em trabalhos de campo pelo Convênio DNOS-UFSC, da FIESC e a Sociedade Amigos de Brusque.

3.3. A Indústria no Planalto Catarinense

No período 1940-60, Santa Catarina, como também o Paraná e o Rio Grande do Sul, destacou-se no Brasil pela importância da extração e transformação de carvão e madeira, a 1ª no sul do Estado e a 2ª no planalto. Nesta época, Itajaí e São Francisco do Sul foram basicamente portos exportadores de madeira serrada, pinho, principalmente, para a Europa e Argentina. As matas de araucária e outras foram sendo devastadas e hoje, mesmo com o reflorestamento, o beneficiamento da madeira que representava 14,8% da produção total em Santa Catarina em 1940 e havia alcançado o teto de 20,8% em 1960, caiu para 9,0% em 1980. Assim, de 2º ramo industrial em 1960, caiu para o 4º em 1980 e a queda continua. Paralelamente, nota-se que na mesma área do Estado cresceu o ramo do papel e papelão, que em 1940 representava 1,2% do conjunto industrial catarinense e ultrapassou o patamar dos 5,0% em 1960.

O beneficiamento de madeira e a produção de papel e papelão se encontram dispersos em todo o planalto, mas, sua localização preferencial se dá nos Planaltos de Lages e Norte, que fazem parte de uma faixa territorial que vai de Vacaria/Lagoa Vermelha, no RS, passando pelas referidas áreas catarinense e pelo planalto paranaense (Ponta Grossa, Telêmaco Borba, etc.) e alcança Itapeva, em São Paulo. Nesta região estão localizadas grandes e médias fábricas de madeira, celulose, papel e papelão.

A produção de madeira nas décadas de 30 e 40 no Planalto Catarinense foi acelerada pela modernização das ligações rodoviárias da área com o Rio Grande do Sul e São Paulo e pela acelerada penetração dos madeireiros/colonos italianos e alemães do Rio Grande do Sul (Batistella, Lüersen, Dal'Asta, e outras), assim como também a produção de pasta mecânica iniciada com técnicas rudimentares por Primo Tedesco em Caçador (1937), aproveitando o potencial hidrelétrico local, além de outros empreendedores. Posteriormente, os grupos Hering e Bornhausen montaram (1955-60) um grande estabelecimento de papel e papelão na área rural de Lages, baseado em fábrica do mesmo ramo que controlavam em Itajaí, mas foram forçados, pelo endividamento excessivo, a vendê-lo ao Grupo Olinkraft (EUA).

As vantagens de localização ecológica para reflorestamento (pinus exóticos, araucária e eucalipto), o preço da terra, aproveitamentos hidrelétricos baratos permitiram o gradativo domínio dos grandes grupos multinacionais americanos (Manville, Rigesa, Bates, etc.), além do maior grupo nacional do ramo, a Klabin, que já tinha um grande estabelecimento em Telêmaco Borba/PR e se instala na zona rural de Lages (Papel e Celulose Catarinense começa a produzir em 1969). Hoje, como desde o início da produção dos pequenos empresários de origem gaúcha, a produção se destina ao abastecimento do mercado interno (São Paulo e outros), mas já atende secundariamente ao mercado externo.

Temos nessa área territorial um quadro de grandes e médias fábricas instaladas no centro de gigantescos reflorestamentos próprios (20 a 40 mil hectares) e de terceiros, com pouca indução no processo industrial regional, pois são estabelecimentos de grande dimensão de capital e de vinculações a grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e autossuficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra.

O Oeste de Santa Catarina, diferentemente do planalto de Lages e Norte, foi povoado por pequenos proprietários policultores, com tendência desde o início (1920-30) a produção comercial de suínos e milho. A partir de 1960 a integração dos colonos às agroindústrias foi se acelerando e temos hoje uma verdadeira região agroindustrial que produz porcos/salamaria, aves (da matriz ao produto final), soja/óleo, maçã, etc. Assim, as indústrias do litoral (exceção da USATI) que se baseavam na policultura, perderam velocidade, enquanto se acelerou o avanço do Oeste, com a concentração dos grandes capitais (Sadia,

Perdigão e Hering/Seara/Ceval), usando a Secretaria da Agricultura e outras vantagens federais e estaduais.

Assim como as indústrias das áreas alemãs (Blumenau, etc.) foram criando nos seus arredores verdadeiras bacias cativas de mão-de-obra, as agroindústrias do Oeste foram criando áreas rurais cativas quanto à produção dos milhares de colonos integrados, inclusive da força de trabalho de toda a família. Com a construção de estabelecimentos industriais gigantescos e com a crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos acima referidos e partiu recentemente para a exportação maciça de aves congeladas aos mercados mundiais, sobretudo ao Oriente Médio, que alcançaram, em 1985, US\$ 150 milhões, além das maciças exportações de farelo de soja (US\$ 134 milhões), óleo de soja (US\$ 75 milhões) etc., para os mercados europeus, sobretudo.

Prof. Armen Mamigonian - UFSC